

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.471, DE 2009

Altera o art. 554 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de estender a possibilidade de sustentação oral perante os Tribunais nos julgamentos de recursos

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Flávio Dino

I – RELATÓRIO

Cuida-se de projeto originário do Senado Federal que propõe modificação no Código de Processo Civil para que se possibilite a sustentação oral no julgamento de recursos de agravo, bem como recursos de embargos de declaração, desde que tenham efeitos infringentes ou modificativos.

A proposição foi despachada somente para esta Comissão de Constituição e Justiça, onde será objeto de análise no que tange à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa e ao mérito. Encerrado o prazo de emendas, não foi apresentada nenhuma sugestão de alteração ao PL.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Tendo em vista as atribuições regimentais da CCJC (art. 32, IV, alíneas a e e do Regimento Interno), cabe inicialmente ressaltar que, do ponto de vista da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta quaisquer vícios. Trata-se de matéria de competência legislativa exclusiva da União, conforme estabelece o artigo 22, I, da

Constituição Federal. Ademais, a Constituição não prevê nenhuma reserva de iniciativa para a matéria.

Quanto à constitucionalidade material, o PL também não apresenta vícios, pois não fere qualquer tipo de preceito constitucional. Pelo contrário, busca a realização dos princípios do contraditório e da ampla defesa, encampados no art. 5º, LV, da Constituição Federal. A proposição em tela preenche, também, os requisitos de juridicidade e de boa técnica legislativa, estando em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar 95.

No que tange ao mérito, o projeto merece aprovação. Com efeito, trata-se de medida que busca dar maior amplitude ao princípio da ampla defesa. Isso se torna mais claro no caso dos recursos julgados monocraticamente pelo relator. Com relação a essa questão, é suficiente colacionar trecho do voto do Senador Almeida Lima – ratificado pelo relator *ad hoc*, Senador Francisco Dornelles –, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal:

No mérito, é preciso salientar que, de fato, a sistemática recursal que dá poderes ao relator do recurso para julgá-lo monocraticamente tem provocado prejuízos ao direito de ampla defesa das partes.

Isso porque, se o Código de Processo Civil não permite a sustentação oral do agravo interno e esse é o único instrumento processual que a parte sucumbente pode dispor para deslocar a decisão, monocraticamente proferida pelo relator, para o colegiado a que compete julgar a matéria, a parte fica irremediavelmente prejudicada, pois, se deixa de recorrer, perde a causa e, se recorre, perde a oportunidade de realizar, por seu advogado, a sustentação oral originariamente prevista se o julgamento do recurso fosse feito diretamente pelo colegiado.

Fica explícita, assim, uma grande incoerência do sistema recursal, pois o mero fato de o relator decidir por julgar monocraticamente um dado processo dá ensejo a que a parte – que só pode recorrer por meio de agravo regimental – se veja privada da possibilidade de sustentação oral que estaria presente na matéria originalmente julgada, caso não fosse decidida de forma monocrática anteriormente. Por esse motivo, a presente proposição se afigura merecedora de aprovação por esta Casa.

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 6471/2009.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado FLÁVIO DINO
Relator